

Militar cassado tem nova emenda

O grupo progressista do PMDB, com o apoio de outros partidos minoritários na Assembleia Nacional Constituinte, vai apresentar, até sábado, novas propostas de emendas, modificando o artigo sobre anistia inserido no substitutivo do relator Bernardo Cabral. As novas propostas incluem a reintegração no serviço ativo apenas dos tenentes-coronéis e dos coronéis, obrigando-os a realizar os cursos de especialização exigidos pelas instituições militares a que pertenciam.

Segundo explicações de representantes da Federação das Associações de Defesa da Anistia (FADA), com essa proposta apenas 30 militares cassados deve-

rão retornar à ativa, embora um número maior cerca de 80 possa requerer a volta aos quartéis, por direito. Os praças, porém, ficariam de fora. Além disso, a emenda, que está sendo elaborada, abrirá condições, via Poder Judiciário, para que os militares cassados possam recorrer de seus direitos a qualquer momento, após a promulgação da Nova Carta.

A questão dos salários atrasados também voltará como exigência nas propostas dos militares cassados. A posição da FADA neste assunto continua irredutível. "Não podemos abrir mão dos salários que deixamos de receber. Ninguém renuncia ao seu pa-

trimônio", explicou Ferro Costa, da Federação das Associações de Defesa da Anistia.

Na opinião dos militares cassados, o volume de recursos que a União terá que dispor não ultrapassa a quantia de 11 bilhões de cruzados. No entender da FADA, a irredutibilidade das Forças Armadas de não aceitar o pagamento dos atrasados dos cassados é mais uma questão ideológica do que financeira. "Eles querem transferir às gerações mais novas de militares a prática da obediência devida. No entanto, manter essas punições aos militares, é um crime contra a democracia", concluiu.

Therezinha Zerbini volta à cena

"Esta Constituinte, que é soberana, se abrir mão de sua dignidade, de sua honra e de seu poder, vai se esfigurar perante a Nação. Se ficar contra a anistia, terá sucumbido, enfraquecido, se intimidado com os roncões de um poder que nesta hora não poderia estar fazendo o que está fazendo". A declaração foi feita ontem por Therezinha Zerbini, que lançou, no Salão Nobre da Câmara, o livro "Zerbini, um general muito amado", uma homenagem póstuma ao marido, que foi cassado em 1964. Therezinha Zerbini fundou, em São Paulo, em março de 1975, o Movimento Feminino pela Anistia.

Para Therezinha, "na divisão de poderes há o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, e qualquer ronco que saia de onde sair, estará extrapolando, porque quem pode falar em nome do Executivo é o Presidente da República".

Os constituintes devem saber — afirmou — que o único ronco que faz mal é o da fome, e hoje morre uma criança por segundo no País, e há milhões de estômagos que roncam. E desse ronco que eles têm que ter medo.

Ela disse também que a anistia "é uma questão de honra, e ou os constituintes afirmam o poder constituinte soberano, ou vão fi-

car de quatro perante a Nação, e depois não poderão se queixar dos Ninis da vida, dos Figueiredos porque vão ficar de quatro e eles vão montar". Acrescentou que os militares que estão contra a anistia demonstram intolerância e preconceito, e os que alegam que a anistia beneficiará homossexuais estão sendo desleigos.

Quando alguém fala muito em uma coisa, é porque carece, é porque faz falta — provocou. Casei com um general, e nunca ouvi falar nisso. Quem falou deve ter algum desvio.

Therezinha lembrou que vários constituintes foram anistiados, e disse que as mulheres devem lutar com muita seriedade pela paz e persuadir os que estão equivocados, pois o que se pretende é ampliar o que foi concedido pela emenda 26, de 1985. Segundo ela, há 2 mil 560 civis punidos por motivos políticos, não anistiados, além dos marinheiros — 1 mil 509, de acordo com dados dos militares atingidos.

Não podemos aceitar que essas pessoas fiquem de fora. Quando o cidadão escolhe a carreira militar, não é por dinheiro, é por um modo de vida. Os militares punidos foram esbulhados nos seus direitos e roubados nos seus sonhos, pois os atos de exceção in-

terferiram nos seus projetos de vida. Não é justo que os que sofreram essa violência continuem a pagar pelos desmandos e desvios. Hoje, falamos na ordem e na lei, e ontem a ordem e a lei não significavam nada.

"Zerbini, um general muito amado," tem 111 páginas e apresenta testemunhos, poesias, gravuras e fragmentos da vida do general. Therezinha resolveu escrevê-lo para que seus dois filhos tivessem registrada a posição do pai, "que foi cassado porque era um homem de princípios e sempre lutou pela democracia".

Ao lançamento compareceram constituintes e militares punidos. Entre estes, o coronel-aviador Paulo Malta Rezende, para quem o mais importante é o exemplo para o pessoal que está na ativa.

Se formos derrotados na luta pela anistia, eles não terão nenhum estímulo para seguir o caminho da defesa da democracia e dos interesses nacionais, contra os movimentos golpistas.

Já o coronel do Exército Carlos César Nogueira Alcides disse que os constituintes têm a responsabilidade de reparar as injustiças contra "os que juraram e defenderam a legalidade constitucional".

"Anistia deve passar pelo STF"

O deputado Valter Pereira (PMDB-MS) apresentou emenda à Constituinte, pela qual a anistia só será concedida àqueles servidores civis e militares que quiserem o benefício ao Poder Judiciário. Com isso, acredita o deputado superar o impasse existente entre o Parlamento e as Forças Armadas, uma vez que os casos seriam analisados um a um pelo Supremo Tribunal Federal, evitando a generalização do benefício.

A proposta do parlamentar altera substancialmente o artigo primeiro das disposições transitórias do an-

teprojeto elaborado pelo relator Bernardo Cabral, e tem a seguinte redação: "O Poder Judiciário concederá anistia a todos os servidores civis e militares que foram atingidos por atos institucionais, complementares e outras medidas dotadas de força de lei, inclusive as de natureza administrativa, editadas em fase revolucionária, a partir de 1934, por motivação exclusivamente política e que não foram contemplados por idêntico benefício anteriormente concedido".

Embora a emenda admita a reintegração dos servidores aos quadros da admi-

nistração, inclusive com todas as promoções havidas na vigência da punição, ela proíbe o pagamento de qualquer remuneração atrasada.

Com a aprovação de sua proposta, o deputado espera "conciliar o desejo da maioria dos constituintes em reparar terríveis injustiças cometidas contra servidores que cometeram o delito de se posicionarem politicamente, e o interesse de autoridades militares de não estender a anistia a quem tenha sido punido por razões estranhas ao que ela propõe".

Arinos pede o entendimento e é aplaudido

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, num gesto inédito, convocou um parlamentar a falar durante a sessão de apresentação de emendas populares sobre reforma agrária, para que fossem ouvidos os dois lados da questão. Depois, foi aplaudido pelo plenário e galerias, ao fazer um apelo em favor do entendimento e do desarmamento dos espíritos, advertindo que, de outra forma, não se fará a nova Constituição.

A reforma agrária foi defendida pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag —, José Francisco da Silva, que pediu o condicionamento do direito de propriedade ao preenchimento da função social da terra. Ele foi cumprimentado por vários parlamentares. Inclusive pelo líder do PMDB, Mário Covas, que lembrou o fato de a convenção nacional do seu partido ter aprovado, por grande maioria, posições a favor da imissão imediata de posse e da desapropriação dos imóveis que não cumprissem função social.

Arinos então chamou para falar o deputado Roberto Cardoso Alves, da corrente do PMDB que foi minoritária na convenção, para que sua opinião, contrário a dos oradores que o precederam, fosse também ouvida. Cardoso Alves reagiu às acusações de que os proprietários estão expulsando e matando camponeses sem terra, e apresentou seu conceito de propriedade: "A terra produtiva é um santuário intocável". Sua intervenção foi inter-

rompida mais de uma vez pelas vaivas de trabalhadores rurais que ocupavam as galerias.

Dirigindo-se ao público, Arinos disse que para os parlamentares a negociação é o item mais importante, e por isso ficará muito satisfeito ao ouvir de Cardoso Alves que estava aberto e disposto ao diálogo, especialmente porque se trata de constituinte que pertence "a ala mais conservadora desta Assembleia". Pediu as galerias que compreendessem a necessidade da negociação, e fez um apelo aos constituintes:

— Se não tivermos um entendimento, nós não faremos a Constituição, não cumprimos com nossa obrigação — disse, recebendo então aplausos de todos.

Falou também a favor da reforma agrária o deputado estadual pelo Pará Valdir Ganzer, em nome da CUT e CPT. Ele apresentou números sobre o crescimento da violência no campo: de 1964 a 1985, 1.123 trabalhadores rurais foram assassinados em conflitos de terra, e somente na Nova República — de 1986 ao primeiro semestre deste ano — já foram mortos 691.

Os proprietários foram representados pelo presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes, que apresentou proposta tornando inviolável o direito de propriedade, e não ser no caso de "terras inexploradas", e exigindo a implantação de política agrícola plurianual que resguarde a situação dos produtores.

Juiz vem a Brasília defender a censura

Os censores federais vão estar hoje cedo no Congresso Nacional para defender, em plenário, a manutenção de um órgão controlador das diversões públicas no cinema, rádio e televisão. Eles fazem parte do Movimento Pró-Censura, que conseguiu reunir mais de 77 mil assinaturas para a emenda em defesa da censura que foi entregue à Comissão de Sistematização com o apoio de 31 parlamentares.

A emenda será defendida pelo juiz do Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro, Jorge Uchoa de Mendonça. A proposta foi apresentada pela Associação Nacional dos Censores Federais, Associação dos Delegados de Polícia Federal e Associação Nacional dos Servidores do Departamento de Polícia Federal.

Segundo o porta-voz da PF, Paulo Marra, a posição da grande maioria dos censores e do próprio diretor-geral do DPF, Romeu Tuma, é favorável a existência de um órgão que possa exercer um exame classificatório para teatro e cinema e outro proibitório para rádio e televisão. Os argumentos dos censores na defesa de sua emenda são os abusos de cenas de sexo, violência e drogas,

principalmente na televisão.

RELIGIÃO

Em defesa da proposta de emenda que trata da liberdade religiosa — com o patrocínio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, Associação de Educação Católica do Brasil e Caritas Brasileira, numa mobilização que arregimentou 212 mil 558 assinaturas, falou ontem na Constituinte dom Raymundo Damasceno de Assis, bispo auxiliar da Diocesa de Brasília.

O bispo disse que o propósito de toda a movimentação é pedir a "inclusão do nome de Deus no preâmbulo da nova Constituição, a garantia do direito à livre opção de concepções religiosas, filosóficas e políticas e a assistência religiosa às Forças Armadas e em estabelecimentos de internação coletiva".

O religioso ressaltou a importância da religião cristã na História do Brasil e citou os seguintes números: de 119.002.782 de brasileiros, apenas 2.152.782 se declaram sem religião ou se omitem em relação a ela. Existem no Brasil 105.861.113 católicos, 7.885.846 evangélicos, 1.538.230 espíritas e 1.473.081 de outras religiões.

Deputado morre quando se barbeava no hotel

O deputado Alair Ferreira, do PFL do Rio de Janeiro, morreu, ontem, entre as 7h30 e 8 horas, na suite 521 do Hotel Nacional de Brasília. Alair Ferreira — um dos caciques da política carioca — sofria com problemas do coração e aparentemente teve um enfarte, caindo, sozinho em seu quarto, enquanto se preparava para retornar ao Rio de Janeiro, onde residia.

O deputado já era hóspede freqüente do Hotel Nacional: há oito anos, escolhia o hotel para passar as curtas temporadas que tinha de cumprir em Brasília (em recente reportagem do Correio, seu nome foi apontado como um dos que menos compareciam ao Congresso Nacional). Por isso mesmo, não havia fichas de sua entrada na recepção do Hotel Nacional. Disse o porteiro: "Ele já era conhecido de todo mundo e ninguém mais fazia ficha dele".

Segundo informações da delegada de plantão da 1ª



Alair Ferreira

Delegacia de Polícia, Débora Menezes, Alair Ferreira sofreu o infarto enquanto fazia a barba: em seu rosto foi encontrado ainda espuma de creme para barbear.

O deputado do PFL estava com passagem marcada para o voo das 9 horas. As 6h30, conforme havia pedido na noite anterior ao telefonista, ele foi despertado. Mas, quando passou das 8

horas (horário em que deveria estar se apresentando no aeroporto), seu motorista particular ficou preocupado e resolveu telefonar para a suite e saber o motivo da demora. Ao perceber que o telefone tocava sem obter resposta, o motorista, com auxílio de funcionários do Hotel, arrombou a porta, encontrando Alair Ferreira já morto.

A imprensa chegou ao Hotel Nacional às 10 horas, seguindo informações da Polícia Federal. No entanto, funcionários do hotel colocaram todas as barreiras possíveis ao acesso das informações: o gerente-geral não quis receber os repórteres, a gerente comercial disse que o deputado Alair Ferreira havia deixado o hotel às 9h15 e os porteiros impediram a subida da imprensa ao quinto andar. Só foi possível obter maiores informações através da delegada Débora Menezes, quando o corpo já estava sendo transportado até o carro do IML.

No Congresso, constante ausência

"Industrial, economista, 66 anos, deputado pelo Rio de Janeiro, ausente do Congresso Nacional desde o ano passado. Não apresentou propostas e nem emendas, nem compareceu às sessões. Paradeiro: não sabido". Este trecho, publicado embaixo de uma foto sua na primeira página da edição do CORREIO BRAZILIENSE de 5 de julho último, resume bem quem foi o constituinte Alair Ferreira (PFL/RJ). Industrial influente na

região norte fluminense, atuou na linha de frente da campanha do coronel Mário Andreazza à Presidência da República. Apoiava e era apoiado pelo ministro do Interior do Governo Figueiredo. Esta ligação é que lhe teria rendido a concessão de um canal de televisão — TV Norte Fluminense — que explorava em Campos.

Toda a evidência política de que desfrutava no Governo Figueiredo se transferiu, contudo, numa

obscura passagem pela Assembleia Nacional Constituinte, onde chegou com 27.020 votos (seu suplente, Ndsou Sabbrá, teve 19.826) segundo menos votado da bancada pefelista no estado, ganhando apenas de Arolde de Oliveira. Segundo a matéria publicada pelo CORREIO dia 5 de julho, em termos de omissão ele só se igualava na Constituinte a Felipe Chedde (PMDB-SP). Ele era natural da cidade de Sacramento (MG).